

## O CICLO DE POLÍTICAS COMO ABORDAGEM PARA INVESTIGAÇÃO DA SALA DE RECURSOS MULTIFUNCIONAIS EM FEIRA DE SANTANA – BA

Camila Bahia Góes <sup>1</sup>  
Bárbara Coelho Neves <sup>2</sup>

### RESUMO

Este artigo é resultado da Tese de Doutorado vinculado ao Programa de Educação da Faculdade de Educação pela Universidade Federal da Bahia – FAGED/UFBA, a qual teve como objetivo geral, analisar as políticas educacionais inclusivas no município de Feira de Santana-BA, a partir dos contextos (de influência, da produção e da prática), para garantir o direito à educação inclusiva nas Salas de Recursos Multifuncionais. Pensar uma escola inclusiva é pensar uma escola justa e democrática, que inclua a todos sem discriminação e a cada sujeito com suas diferenças e especificidades, entretanto, alcançar esses objetivos requer alterações nas instituições e na preparação/formação para a atuação docente, como também nas políticas públicas educacionais. A abordagem epistemológica possibilitou um movimento crítico de investigação da política das salas de recursos não somente em seu contexto de influência, mas sobretudo, no contexto da prática. O percurso desenvolvido foi através de levantamento bibliográfico, análise documental e pesquisa de campo com instrumento de entrevista semiestruturada com 10 profissionais que atuam diretamente com inclusão no município de Feira. O ciclo de Políticas contribuiu efetivamente para a imersão nas políticas inclusivas tanto a nível macro, quanto micro, a fim de contextualizar o surgimento das SRM enquanto política pública de educação inclusiva a partir da influência das políticas educacionais brasileiras; como também, identificou as contradições e aproximações entre o contexto da prática das salas de recursos multifuncionais e o que se propõe no contexto da produção da política de educação inclusiva, principalmente referente ao *locus* da pesquisa, as Salas de Recursos Multifuncionais no município de Feira de Santana – BA.

**Palavras-chave:** Inclusão; Salas de Recursos Multifuncionais; Ciclo de Políticas.

### INTRODUÇÃO

Este artigo é resultado da Tese de Doutorado vinculado ao Programa de Educação da Faculdade de Educação pela Universidade Federal da Bahia – FAGED/UFBA, a qual teve como objetivo geral, analisar as políticas educacionais inclusivas no município de Feira de Santana-BA, a partir dos contextos (de influência, da produção e da prática), para garantir o direito à educação inclusiva nas Salas de Recursos Multifuncionais.

---

<sup>1</sup> Doutora em Educação. Professora Substituta da Universidade Estadual de Feira de Santana - UEFS, [cbgoes@uefs.br](mailto:cbgoes@uefs.br);

<sup>2</sup> PhD em Ciência e Tecnologia da Informação. Professora da Universidade Federal da Bahia – UFBA. [Ky5 babi.coelho7@gmail.com](mailto:babi.coelho7@gmail.com) ;



A fim de responder o questionamento: *Como as políticas educacionais se desenvolveram no município de Feira de Santana-BA, a partir dos contextos (de influência, da produção e da prática), no sentido de garantir o direito à educação inclusiva nas Salas de Recursos Multifuncionais?* Foi importante ter como base teórico-metodológica a abordagem do Ciclo de Políticas para embasar a pesquisa realizada sobre a Portaria nº13/2007 que regulariza a Implantação da Sala de Recursos Multifuncionais contextualizada em seu nível macro e micropolítico, como também, analisar a atuação de professores das salas de recursos especificamente no município, como fundamentais para colocar a política em ação.

Uma escola que pretende ser inclusiva deve ser acessível, mas dentre outras necessidades, é preciso se desfazer de velhos conceitos de deficiência e diferença, como também, pensar em como atender as especificidades dos sujeitos com deficiência não somente no que diz respeito à estrutura arquitetônica, mas, sobretudo, curricular e pedagógica. Ter acesso não significa hoje, com novos rumos da inclusão, apenas incluir rampas no plano arquitetônico das cidades e prédios públicos, mas sim, estabelecer uma nova ordem, onde todas as possibilidades de interação com o meio social sejam garantidas. (LUNA, 2005)

Reforça-se a necessidade de políticas públicas que busquem garantir a inclusão no contexto educacional e que a partir dessas, se rompa com uma lógica baseada em práticas excludentes e segregadoras e que reverbere na desigualdade social.

O Programa de Implantação das Salas de Recursos Multifuncionais é visto, neste contexto, com uma proposta necessária à política inclusiva, justamente por legalizar a disposição de espaços apropriados para que ocorra o Atendimento Educacional Especializado. E, mesmo considerando o fato abordado por Mendes (2010, p. 15) que “[...] nem sempre os dispositivos legais conseguem ser implementados na prática, visto a realidade complexa e dinâmica que envolve os sistemas escolares”, este programa é resultado de muita luta política e social que entorna o paradigma de inclusão.

O Programa foi instituído pelo MEC/SECADI - Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão, por meio da Portaria Normativa nº 13, de 24 de abril de 2007, como medida de apoio às escolas, frente à aprovação da Resolução nº 2/2001, que normatizou artigos da LDB nº 9394/96, estabelecendo que a matrícula dos estudantes, público da Educação Especial, se realizaria na escola regular.

A pesquisa se constituiu a partir da abordagem metodológica do Ciclo de Políticas de Ball e Bowe (1992), por ser considerada uma abordagem não somente



metodológica, mas também, teórica, e que analisa os contextos distintos, porém, inter-relacionados, que configuram a política investigada, em seu nível macro e micro.

## METODOLOGIA

O ciclo de políticas pressupõe um movimento crítico de investigação de um problema imanente a uma dada realidade, ultrapassando o enfoque descritivo ou narrativo e se movimentando para um contínuo questionamento do objeto pesquisado. Dessa forma, pesquisar sobre as políticas educacionais inclusivas no município de Feira de Santana-BA, a partir dos contextos (de influência, da produção e da prática), para garantir o direito à educação inclusiva nas Salas de Recursos Multifuncionais implicou não somente a discussão teórico-metodológica e política, mas também, houve a necessidade de adentrar em contextos diferenciados; estabelecer relações interpessoais com as participantes da pesquisa; enfim, necessitou manter contato mais próximo, interagir, dialogar com o *lócus* e com os participantes da pesquisa. Reforça Martins (1999, p. 291), ao dizer que “a metodologia é, pois, uma disciplina instrumental a serviço da pesquisa; nela toda questão técnica implica discussão teórica.”

Considerou-se importante este tipo de abordagem com base no ciclo de políticas, principalmente pela proposta de superar os binarismos entre o campo macro e microsocial, mostrando o quanto estes campos estão imbricados, ou seja, percebendo a dialética entre os contextos apresentados por Ball; Bowe (1992), de influência, produção de texto e prática, a nível mundial e local. Por aderir às Salas de Recursos Multifuncionais, como o objeto da pesquisa para analisar o desenvolvimento das políticas educacionais no município de Feira de Santana- BA adotou-se o estudo de caso como caminho a ser traçado. A fim de organizar a pesquisa tendo como abordagem epistemológica o Ciclo de Políticas, utilizou-se os seguintes procedimentos metodológicos:

a) *primeiro contexto*, o de influência, análise do percurso histórico, cultural e social que entornam o paradigma de educação inclusiva a nível internacional e nacional, tendo como relação fundamental, através de pesquisa documental e pesquisa bibliográfica que discutem este processo. Então, foi feito um levantamento bibliográfico no repositório de Teses e Dissertações da CAPES, utilizando-se dos descritores: <política> e <salas de recursos multifuncionais>; “ou” <ciclo de políticas e educação especial>; “ou” <ciclo de



políticas> “e” <salas de recursos multifuncionais>, com o recorte temporal de 2010 a 2020, o que levou a análise de 12 (doze) trabalhos que tratavam especificamente da implantação da Salas de Recursos Multifuncionais enquanto política de educação inclusiva.

b) *segundo contexto*, o de produção de texto, análise de documentos legais que contextualizam o surgimento das salas de recursos multifuncionais enquanto política inclusiva, a nível nacional e local, por isso, definiu-se a pesquisa documental e pesquisa de campo, tendo como sujeitos: responsáveis pela coordenação do setor de educação especial, tendo em vista as pessoas responsáveis inicialmente, pelo período de implementação inicial das salas, como também, os coordenadores vigentes.

c) *terceiro contexto*, o contexto da prática, foi dada continuidade a pesquisa de campo através de entrevistas, porém, mais especificamente com professores do município de Feira de Santana – BA que atuam nas salas de recursos multifuncionais oferecendo o Atendimento Educacional Especializado – AEE nas escolas escolhidas pelos critérios de: as primeiras salas implantadas e as salas mais recentes, implantadas no período de pandemia.

A pesquisa contou 10 profissionais que atuaram e atuam diretamente com o setor que se debruça sobre a educação inclusiva no município de Feira de Santana, e mais especificamente com a Sala de Recursos Multifuncionais, dentre esses, 8 estavam enquanto professoras do AEE no ano de 2022 e 2023, período em que foi levantado tais dados. Para contribuir com este período inicial de surgimento das salas de recursos em Feira de Santana, participaram duas professoras que fizeram parte da coordenação do setor que estava à frente da educação especial/inclusiva na época vigente à implantação. É importante destacar que essas duas colaboradoras, hoje atuam, em Salas de Recursos Multifuncionais. Pode-se destacar também, que fizeram parte da pesquisa, duas responsáveis pelo setor que hoje trata sobre a proposta de inclusão no município, e tem como uma das atribuições as Sala de Recursos Multifuncionais de Feira de Santana.

## REFERENCIAL TEÓRICO

A abordagem do ciclo de políticas apresentada por Stephen Ball e Richard Bowe, pesquisadores ingleses da área de políticas educacionais, é apresentada enquanto referencial teórico-analítico não estático, mas, principalmente, por sua característica



flexível e dinâmica. Tal abordagem tem orientação pós-estruturalista crítica, apoiada nas ideias de Foucault (1976;1979); Barthes (1977); e Mainardes (2006).

Os autores indicam que o foco da análise de políticas deveria incidir sobre a formação do discurso da política e sobre a interpretação ativa que os profissionais que atuam no contexto da prática fazem para relacionar os textos da política à prática. Isto envolve identificar processos de resistência, acomodações, subterfúgios e conformismo dentro e entre as arenas da prática e o delineamento de conflitos e disparidades entre os discursos nessas arenas. Para tanto, os autores propuseram um ciclo contínuo constituído por três contextos principais: o contexto de influência, o contexto da produção do texto e o contexto da prática. Esses contextos estão inter-relacionados, não tem uma dimensão temporal ou sequencial e não são etapas lineares. Cada um desses contextos apresenta arenas, lugares e grupos de interesse e cada um deles envolve disputas e embates (BOWE, et al., 1992).

Ao considerar que os contextos não são lineares, muito menos estáticos, e ainda mantidos por uma relação complexa de aproximação da política à prática da mesma, os autores apontaram seu caráter heurístico, classificando os aspectos contextuais divididos em contextos situados, culturas profissionais, materiais e contextos externos, justamente por compreenderem que não há como homogeneizar os contextos das escolas. Defendem assim, que cada escola possui situação única, seja nos aspectos históricos, na infraestrutura ou no perfil de pessoal, e tudo isso deve ser levado em consideração na análise das políticas, mas que muitas vezes, não é considerado.

Dessa forma, a análise do ciclo de políticas se distancia das abordagens lineares e hierárquicas que propõem a formação de agenda, formulação, implementação, avaliação e reajuste, o que prevalecia a ideia da política em seu discurso ou produção, e descaracterizava a importância da ação na prática de tal política, ou seja, os pesquisadores dessas abordagens vêem como alteração das políticas, o que é derrubado com a proposta do ciclo de políticas. Os autores apresentam a defesa de que as políticas são cruas, limitadas enquanto proposta e é justamente o contexto da prática, pela participação dos sujeitos atuantes das escolas, se dá a complexidade da análise e resulta na produção de mais um contexto, o dos resultados/efeitos, que se dá de forma singular, partindo de cada realidade.

O ciclo de políticas é caracterizado por Ball, enquanto um “método”, uma maneira de pesquisar e teorizar a política, entretanto, que se dá de forma complexa, principalmente, pela utilização ontologicamente flexível e epistemologicamente





pluralista. Considera-se que a tal abordagem não abandonou a perspectiva pós-estruturalista, mas incorporou-se a uma perspectiva epistemológica pluralista e um conjunto de conceitos analíticos potentes e maleáveis, de “ordem discursiva, estrutural e interpretativa, que permitem ao autor explorar as interações complexas de relações sociais, econômicas e discursivas sem assumir que alguma delas seja predominante”. (Ball, 2007, p.1).

O ciclo de políticas tem a intenção para além de descrever uma política, “pensar as políticas e saber como elas são feitas” (Mainardes; Gandin, 2013, p.152), atribuindo então, aspectos que a fundamentem através de uma análise crítica do contexto e da política investigada. O que exige do pesquisador uma forma consciente e reflexiva diante do que se propõe a investigar. Em caso de não atingir este critério, funciona apenas como um elemento metodológico que cumpre apenas parcialmente a sua funcionalidade na pesquisa.

Para Mainardes; Gandin (2013, p; 151), a abordagem do ciclo de políticas, enquanto um método,

[...] quando utilizada da forma adequada, permite visualização da coerência e da consistência epistemológica. (TELLO, 2012), pois esta abordagem permite uma articulação entre a teoria e a metodologia, permite uma articulação entre perspectiva metodológica (ciclo de políticas), o referencial teórico específico utilizado na pesquisa e a análise de dados.

Dessa forma, se constitui como elemento integrador da pesquisa, a função epistemometodológica da abordagem, justamente por possibilitar a articulação entre epistemologia e metodologia na investigação. Tal função justifica-se na abordagem de ciclo de políticas, por oferecer uma estrutura conceitual para a análise de políticas, incluindo reflexões sobre os aspectos contextuais, históricos, discursivos e interpretativos que aparecem no contexto de influência e que originam um novo contexto, o das estratégias políticas, ou seja, as modificações ocasionadas no campo político.

Ou seja, relaciona as políticas nacionais ou locais a tendências econômicas e políticas a nível global, ao mesmo tempo que, consideram a importância da historicidade. A pesquisa quando caracterizada pela consistência e pela coerência interna, presume a perspectiva epistemológica, o posicionamento epistemológico e que o enfoque epistemológico estejam articulados e integrados na mesma lógica que se propõe o objeto de estudo.

Essa abordagem possibilita também forte referencial para a análise da política, em seu contexto de produção do texto, por meio da identificação de componentes



políticos-ideológicos; relações de poder estabelecidas na elaboração; sujeitos que sejam autores ou influenciadores; as instituições e as redes de influência que se envolvem na formulação da política; as relações entre textos de políticas específicas e de contextos diversos, etc. Como também, a análise do contexto da prática se constitui como extremamente importante para a análise da política. (MAINARDES; GANDIN, 2013, p.154).

A abordagem do ciclo de políticas surge na década de 1990, com o objetivo de desenvolver pesquisas de cunho crítico ao analisar as políticas, o que direciona para a possibilidade de abordar a política a ser investigada de uma forma totalizante, através de vários dados de fontes diversas, bem como a necessidade de investigar as consequências da política para os sujeitos que a interpretam e a traduzem, para as classes sociais ou grupos específicos que são direcionados a política, como também, para efetivação da justiça social e democracia.

Uma das complexidades da abordagem se dá por entender que a atuação das políticas envolve processos criativos de interpretação e tradução e que são percebidos e realizados a partir dos diferentes contextos sociais. Os autores são otimistas em relação ao espaço de autonomia dos professores diante deste processo, porém, o que se percebe em relação ao contexto brasileiro que cada vez mais existe essa perda de autonomia, devido aos pacotes oferecidos de assessoria que contemplam currículo, avaliação, etc. Ou seja, um processo mais dirigido, já pronto e acabado, que conduz, de certa forma, a minimização dessa autonomia por parte do professorado, como também, o pensamento e a própria identidade dos mesmos.

A teoria da atuação foi formulada através das contribuições de Foucault (1976), para ser apresentada enquanto “conjunto de pilares pontilhados, não sendo algo totalmente acabado e definitivo”, como afirma Mainardes; Gandin (2013, p. 145). A teoria e o ciclo de políticas, defendida por Ball e Bowe, consegue articular diferentes perspectivas que constituam o referencial teórico, mas que permaneçam entrelaçadas.

Portanto, tal epistemologia auxilia o pesquisador na definição de ferramentas teórico-metodológicas, partindo da análise crítica dos contextos que se configuram a abordagem do ciclo de políticas: contexto de influência, contexto de produção de texto, contexto da prática, contexto dos resultados/efeitos e o contexto da estratégia política.

Sendo assim, se faz importante apresentar e discutir todos estes contextos, mesmo considerando que para fins dessa pesquisa, os contextos de resultados/efeitos e o



contexto de estratégias políticas se desdobraram no decorrer dos objetivos que se propôs alcançar.

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

Essa pesquisa necessitou de uma imersão nas políticas inclusivas mencionadas anteriormente, tanto a nível macro, quanto micro, a fim de contextualizar o surgimento das SRM enquanto política pública de educação inclusiva a partir da influência das políticas educacionais brasileiras; como também, identificar as contradições e aproximações entre o contexto da prática das salas de recursos multifuncionais e o que se propõe no contexto da produção da política de educação inclusiva, principalmente para se chegar ao lócus da pesquisa, as Salas de Recursos Multifuncionais no município de Feira de Santana – BA, sem perder de vista a reflexão e criticidade diante de tal política.

Além disso, se fez necessário um contato direto com tais sujeitos colaboradores da pesquisa, o que possibilitou descrever as dificuldades e possibilidades no contexto da prática por professores que atuam na Sala de Recursos Multifuncionais no município de Feira de Santana – BA para atender a proposta de educação inclusiva.

Diante disso, os dados levantados a partir da pesquisa documental e das respostas das entrevistas foram analisados através da perspectiva metodológica de análise de conteúdo, a qual contribuiu para a definição das categorias a priori, embora buscando, permanentemente, relacioná-las aos dados coletados, atendendo aos critérios da validade, pertinência, exclusividade, objetividade, consistência e fidedignidade da coleta de dados. (OLABUENAGA; ISPIZÚA, 1989). Assim, as categorias que se efetivaram na pesquisa, foram organizadas através das relações estabelecidas entre os contextos do Ciclo de Políticas com base nos instrumentos e técnicas utilizadas aos dados coletados de forma crítica e contextualizada.

Nesta investigação, foram escolhidas de forma minuciosa as políticas analisadas, tanto a nível macro, quanto micro, considerando sobretudo, o contexto em que elas surgiram e a importância de cada uma delas para o movimento de inclusão. Como também, as falas das profissionais foram analisadas de forma fidedigna e contextualizadas como os textos e contextos das políticas.

Esta análise resultou nos seguintes capítulos de análise: Contextos de produção e de influências das/nas políticas educacionais inclusivas; e, Uma análise de influências e de práticas em/nas Salas de Recursos Multifuncionais no município da Feira de Santana-



BA. Nos capítulos mencionados, foram discutidas as influências das/nas produções de políticas educacionais inclusivas que revela e analisa as políticas, a nível internacional, que tiveram destaque a partir da década de 1990, com o movimento político e social, sobre a eminência do paradigma de inclusão e como o Brasil foi se estabelecendo como país proveniente de tal paradigma.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Tal pesquisa visou discutir as possibilidades e desafios lançados no percurso vivido do município diante da proposta de garantir as salas de recursos como política de inclusão e foi identificado que a flexibilização curricular perpassa pelo campo pedagógico, mas, sobretudo, pelo campo político e social, no que diz respeito a adoção de posturas que prezem por uma concepção inclusiva e que as leis garantam a inclusão para além do acesso ao sistema de ensino, mas com condições para o desenvolvimento de autonomia, independência, socialização e aprendizagem, destacando a importância de formações com esse intuito.

Acredita-se que os objetivos traçados como específicos da pesquisa foram alcançados, no que diz respeito a contextualizar o surgimento das Salas de Recursos Multifuncionais enquanto política pública de educação inclusiva a partir da influência das políticas educacionais brasileiras; identificar as contradições e aproximações entre o contexto da prática das Salas de Recursos Multifuncionais e o que se propõe no contexto da produção da política de educação inclusiva; e, descrever as dificuldades e possibilidades no contexto da prática por professores que atuam nas Salas de Recursos Multifuncionais no município de Feira de Santana–BA para atender a proposta de educação inclusiva.

É importante destacar que a pesquisa mostrou os possíveis campos/arenas políticos, visto que as colaboradoras apresentaram em suas falas concepções e perspectivas distintas que revelam a congruência da atuação governamental do município anterior e o vigente em relação ao movimento da inclusão, revelando-se por sua vez, a influência dessa relação com a política das Salas de Recursos Multifuncionais na cidade.

No que tange a abordagem do Ciclo de Políticas, percebeu-se que esta contribuiu para o desenvolvimento de uma pesquisa que não analisa a política pela própria política, mas dar voz aos sujeitos participantes da atuação da mesma foi o diferencial de se analisar a política dentro de uma perspectiva integral e que através da relação entre os contextos,



conseguir analisar como o recorte das Salas de Recursos Multifuncionais se efetiva no município de Feira de Santana enquanto política de Educação Inclusiva.

A análise das influências em nível macro e micro nos faz perceber o quanto o caminho em busca pela Educação Inclusiva perpassa além de interesses internacionais, mas sobretudo, resultado de movimentos sociais, lutas, arenas, embates que se configuram na necessidade de construção de políticas que garantam uma educação mais justa, igualitária e democrática.

## REFERÊNCIAS

BALL, S. J. Sociologia das políticas educacionais e pesquisa crítico social: uma revisão pessoal das políticas educacionais e da pesquisa em política educacional. In: **Currículo sem fronteiras**, v.6, n.2, p. 10-32, jul/dez. 2006.

BALL, S.J. Politics and policy making in education: explorations in policy sociology. Nova York: **Routledge**, 1990.

\_\_\_\_\_. Diretrizes políticas globais e relações políticas locais em educação. **Currículo sem fronteiras**, Porto Alegre, v. 1, n. 2, p. xxvixliii, 2001.

BALL, S.J.; BOWE, R. Subject departments and the “implementation” of National Curriculum policy: an overview of the issues. **Journal of Curriculum Studies**, London, v. 24, n. 2, p. 97-115, 1992.

BRASIL, Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação - Câmara de Educação Básica. **Resolução nº 4**, de 2 de outubro de 2009.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado. 1988.

BRASIL, Ministério da Educação. **Programa de Implantação de Salas de Recursos Multifuncionais**. Resolução nº 13, de 24 de abril de 2007.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação e do Desporto. 1996. Lei Federal nº 9394/96 de 23 de dezembro de 1996. **Lei de diretrizes e bases da educação nacional**. Brasília: Diário Oficial.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Resolução CNE/CEB nº 4, de 2 de outubro de 2009**. Diário Oficial da União, Brasília, 5 out. 2009, Seção 1, p. 17.

LUNA, C. F. Educando para a diferença: análise crítica do conhecimento sobre pessoas com necessidades especiais nos currículos dos cursos de educação física. **Dissertação (Mestrado)** –Universidade do Estado da Bahia, 2005.

MAINARDES, J.; GANDIN, L. A. A Abordagem do ciclo de políticas como epistemologia: usos no Brasil e contribuições para a pesquisa sobre políticas educacionais. In: TELLO, C., ALMEIDA, M. L. P. (orgs.) **Estudos epistemológicos no**



**campo da pesquisa em política educacional.** Campinas,SP: Mercado de Letras, 2013, p. 143-167.

MARTINS, C. B.; TIGRE, M. das G. do E. S.; TERNEIRO, M. O. V.; TEBCHERANI, M. M. As concepções de estado e as influências do neoliberalismo na política educacional. **Olhar de professor**, v. 2, n. 2, 9-30, 1999.

